

## **O mundo de Manoel Urbano da Encarnação:**

indígenas, regatões, migrantes e fugitivos no avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX

ANTONIO ALEXANDRE ISIDIO CARDOSO\*

Em novembro de 1865, William James, membro da Expedição Thayer, encontrou Manoel Urbano da Encarnação na Província do Amazonas, e assim o descreveu: “um cafuzo bem apessoado, com mais sangue negro do que índio, de mais ou menos uns 60 anos, vestido em um terno brilhante de alpaca preta” (MACHADO, 2010:149). O jovem viajante não conhecia o homem que o acompanharia em suas explorações pelo Solimões, um “negro velho” que lhe parecia a princípio “rígido e estranho”. Mas, com o desenrolar da viagem, o tempo e a convivência foram desatando nós de alteridade, e ao fim de alguns dias, já presente no sítio de seu anfitrião “de cor”, James chegaria à conclusão que o velho Urbano era “talhado para ser amigo de qualquer homem que exista, não importando quão elevados seu berço & dote” (MACHADO, 2010:158).

Não era a primeira vez que Urbano recebia elogios de um viajante estrangeiro. Em 1864, ao lado de William Chandless, correspondente da Royal Geographical Society de Londres, singrou o rio Purus em busca de um canal de ligação com o Madeira, de modo a evitar seu trecho encachoeirado (para assim possibilitar a livre navegação entre o Amazonas/Mato Grosso/Bolívia). Mesmo que a tentativa não tenha logrado êxito, Chandless registrou em seu relatório a admiração para com o companheiro de viagem, classificando-o como “um mulato de pouca instrução, mas que sabia usar a grande e natural inteligência” (CHANDLESS, 1866:86).

Ao lado dessas definições, era corrente outra nomenclatura dada por alguns povos indígenas ao famoso explorador do Purus. Chamado de “Tapauna Catú”, cujo significado é “preto bom”, Urbano evidenciava seu protagonismo diante das ações de contato com os habitantes da floresta (CASTELLO BRANCO, 1947:166). Os significados desse papel asseguravam-lhe, segundo Aureliano Cândido Tavares Bastos, a posição de “homem audaz que inspira(va) confiança por seu zelo, conhecimento dos logares(sic) e trato com o gentio daquelas regiões” (BASTOS, 1866:324).

---

\* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo e colaborador do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI) da Universidade Federal do Amazonas.

O Cafuzo, mulato ou preto Manoel Urbano da Encarnação, também era chamado em algumas ocasiões de *cidadão*, quando citado nos Relatórios de Presidentes de Província do Amazonas. Esse foi o caso do ano de 1861, quando Manoel Clementino Carneiro da Cunha fazia alusão aos esforços oficiais do levantamento de informações sobre os “costumes, inclinações, e disposições” para a vida “civilizada” dos indígenas encontrados por Urbano em suas viagens ao interior (CUNHA, 1861:40).

Pode-se afirmar que o painel acima esboçado de marcadores sociais definidores de cor/raça e a classificação de Urbano como *cidadão*, emprestam a sua trajetória uma complexidade ímpar<sup>1</sup>. Sabe-se que sua notoriedade ante os viajantes estrangeiros advinha de seu prestígio com as autoridades locais, que o indicavam como guia e informante, devido a sua larga experiência como Prático de Embarcações. Mas, e com relação aos povos indígenas, como se deu seu estreitamento de relações e intimidade de contatos? E acoplada à referida questão, como e por que ele teria arrebanhado tanto conhecimento e experiência no trato com os povos do interior e na navegação dos altos rios?

No sentido de pensar tais questões é interessante voltar ao relato do jovem viajante da expedição Thayer. James descreveu em seu diário, para além da estranheza ou cordialidade para com seu companheiro de viagem, outros aspectos da vida naqueles tempos. Disse ele que, a certa altura, amigando-se cada vez mais com Urbano, fora convidado a acompanhar seu interlocutor em negócios empreendidos pelo interior, mas especificamente no rio Purus, para onde transportariam “grande carga de mercadorias americanas, roupas, facas &c” (MACHADO, 2010: 152-153), que seriam trocadas por drogas da floresta. Estes teriam sido os planos do “velho de cor” para o estrangeiro, que poderia conhecer melhor os mundos do interior amazônico e suas possibilidades comerciais.

A atividade de Urbano, nesse sentido, fazia parte das trocas de pequeno trato, baseadas no retalho, conhecida na floresta como comércio de regatão. No século XIX, os regatões eram muitas vezes os primeiros a entrar em contato com as populações indígenas de áreas ainda inexploradas, sendo espécies de pontas de lança do reconhecimento dos vários canais que

---

<sup>1</sup> Não será objeto do presente artigo uma discussão sobre os marcadores sociais de cor/raça. Salientamos, apesar disso, que temos ciência da importância da problemática, que será aprofundada na pesquisa que está em andamento. Por hora, será enfatizada uma reflexão sobre o mundo amazônico e a frente de expansão rumo ao oeste, tendo a trajetória de Manoel Urbano como “janela”, de onde analisaremos o processo em questão.

interligam as bacias dos rios (assim como suas populações). Estes homens acompanhavam e participavam da frente de expansão rumo ao oeste amazônico, quando o Estado, sob a batuta da recém-criada Província do Amazonas (implementada em 1852), buscava conhecer e dar a conhecer o território e suas potencialidades econômicas.

O vale amazônico à época estava no centro de várias discussões, inclusive em âmbito internacional. Projetos de colonização, impasses sobre o monopólio da abertura da navegação da bacia, críticas ao aproveitamento rarefeito dos recursos naturais, tudo isso exercia pressão sobre o Império, que tencionava acelerar e efetivar seu controle sobre o território. Em geral, a Amazônia era associada à imagem de um “deserto” edênico, ainda não tocado pela energia promissora que adviria da exploração de suas riquezas. Nesse sentido, a nova Província do Amazonas entrava em cena já com a responsabilidade de garantir o aproveitamento e o controle sobre a sua imensa porção territorial.

Em 1862, por exemplo, o Presidente da Província enviou para o rio Purus o Engenheiro Militar João Martins da Silva Coutinho, incumbido de fazer um levantamento criterioso, tomando nota de suas populações, entre outros aspectos. Coutinho, que ainda não conhecia seu itinerário, teve em Urbano uma figura de confiança, seu maior guia no deslocamento e no trabalho de reconhecimento do rio. Além de acompanhá-lo na longa viagem, Urbano serviu-lhe de mediador no diálogo e levantamento de informações junto aos donos de feitorias, indígenas e comerciantes, que conformavam algumas das peças do cenário a ser decifrado. O empreendimento tinha um interesse bastante claro, qual seja, conhecer para melhor controlar e disciplinar a situação de fronteira<sup>2</sup>.

Logo nas primeiras páginas do relatório do engenheiro existe alusão ao importante papel de Manoel Urbano, pois este prestou-lhe “relevantes serviços” (...) sendo na opinião de Coutinho o maior conhecedor do rio Purus e possuidor de grande influência entre os índios (COUTINHO,1862:02). Foi feito nessa ocasião um estudo do curso do rio até a localidade conhecida como Hyutanahan, que seria alguns anos depois, com o crescimento da Companhia Fluvial do Alto Amazonas, a última parada dos vapores que ajudariam a levar milhares de

---

<sup>2</sup> O sentido empregado para o conceito de *Fronteira* no presente artigo extrapola a ideia de simples linha divisória entre Estados/regiões, incluindo também as disputas dos projetos sociais na conformação da territorialidade. Entende-se, portanto, que para além das simples delimitações territoriais existem *fronteiras de sentido*, localizadas em meio aos conflitos entre projetos sociais que disputam o espaço, numa tentativa de satisfazer seus intentos (CARDOSO, 2011).

migrantes para diversas localidades do rio. Foram esboçadas ainda no testemunho, ricas informações sobre os mundos do trabalho da floresta oitocentista, onde figuravam feitorias, explorações diversas, e a descrição das habitações de alguns moradores. Destacam-se nesse arrolamento alguns gêneros extrativistas, como salsa, castanha, cacau e borracha, assim como os roçados de mandioca, que eram à base do circuito econômico camponês do interior, bastante conhecido pelo interlocutor de Coutinho.

Assim como Urbano, vários outros sujeitos tinham contatos estreitos com os povos indígenas e demais habitantes do interior. Essas referências podem ser encontradas também no relato do engenheiro, que ao situar as várias localidades de exploração, destacou algumas iniciativas consideradas benfazejas aos olhos oficiais. Como no caso sítio de Francisco José Rodrigues de Souza, próximo ao canal do Berury, onde viviam quatro famílias *Mura* atuando na exploração da salsa, ou ainda como na feitoria de João Gabriel de Carvalho e Mello, com grandes seringais e cacoais, nas proximidades da foz do Jacaré, vizinha a uma maloca *Paumari*. Estes homens estavam posicionados dentro da teia de relações que incluía negociações com a população do interior, que nem sempre eram amenas. Fugas, deserções, tráfico de gêneros de subsistência e mercadorias, entre outros fatores, faziam parte do cotidiano das relações entre os donos de explorações e os habitantes dos altos rios.

No que se refere ao contato com indígenas, Manoel Urbano teve um papel de destaque no trabalho com os povos do Purus, principalmente a partir dos seus contatos com a Diretoria de Índios, instituição que garantia a particulares o direito de também “catequizar” as comunidades (tendo como finalidade sua incorporação ao contingente de trabalhadores do território). Urbano atuou como informante em suas várias viagens, sendo nomeado em 1854 *Encarregado* dos trabalhos de reconhecimento dirigidos pela Diretoria dos Índios no Amazonas. Uma de suas tarefas era relatar o itinerário de contatos com os variados povos, a fim de facilitar a entrada dos agentes oficiais (e também de outros exploradores e migrantes), como pode ser analisado através de uma de suas cartas enviadas ao Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna.

Participo a V.ex<sup>a</sup> do rezulttado da minha diligencia, que cheguei a certa altura, no afluente denominado Pao-iny com a catechese dos Indígenas, fasendo ver os ditos a Ordem do Governo, vendo paragens suficientes na margem a fim de se aldearem, os demais junto convidei para esta aldeia; não hove entre elles repugnancia alguma, de todas as malocas me dicerão que

estavão –ilegível- para o dito fim, não cheguei a terça parte das tribus, a pressa cheguei a vinte e uma malocas. (...)

Deos guarde a V.ex<sup>a</sup>

Aldea de Arimã 9 de junho de 1854

Manoel Urbano da Encarnação, Encarregado<sup>3</sup>

A aldeia de Arimã era uma espécie de base para as operações dos Encarregados que buscavam contatos com os habitantes do Purus, de modo a fazer valer a “Ordem do Governo”. Manoel Urbano trabalhou durante muitos anos nesse ofício, prestando serviços caros aos olhos do poder provincial, sendo nomeado Diretor Parcial dos índios em 1861, responsável pela área que ia “desde o lago jacaré e o rio Tapauá: e a cima da maloca Capana em diante.”<sup>4</sup> Vê-se que a incorporação dos povos indígenas aos quadros da força de trabalho da província era uma questão chave, na qual Urbano ganhou notoriedade como interlocutor.

Nesse sentido é possível afirmar que no “mundo” de Manoel Urbano da Encarnação estava em evidência um processo de interiorização dos interesses oficiais. Mas, para além dos rompantes de esquadramento da floresta, que buscavam firmar as populações indígenas como reservas de mão de obra, havia, em contrapartida, a persistência de um modo de vida camponês desses povos, que acompanhavam as temporalidades dos rios e matas. Homens e mulheres tinham um calendário produtivo nômade, deslocando-se diversas vezes para organizarem suas atividades, em geral, com base em roçados na época da vazante, e na extração de drogas na época da cheia, que ajudavam a fomentar a base da sua produção de gêneros úteis à alimentação e aos demais usos e trocas. Em outras palavras, mesmo com os esforços dos Diretores de Índios, o trabalho de arregimentação e tentativa de sedentarização em aldeias ou missões nem sempre surtia o efeito desejado, pois sofria a resistência de um modo de vida sedimentado em saberes e costumes por vezes grandemente avessos aos interesses oficiais. Além disso, com o paulatino fortalecimento da presença dos regatões (efeito do avanço da frente de expansão), os produtos “tradicionais” passaram a entrar na roda mercantil, intercambiados com manufaturados, como tecidos, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, enlatados, dentre outros, o que aumentava ainda mais a complexidade dos negócios em território fronteiriço.

<sup>3</sup> Arquivo Público do Amazonas. Livro da Diretoria de Índios, 1854 (manuscrito).

<sup>4</sup> Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA). Estrella do Amazonas, 16 de janeiro de 1861. (microfilmado).

Apesar desses encontros entre a economia indígena e as trocas comerciais causarem muitos conflitos (GOULART, 1968), por outro lado, também ajudaram a reconstituir, diante das novas demandas históricas (MINTZ, 2008), o modo de vida camponês dos habitantes do interior amazônico. Exemplos podem ser analisados através dos testemunhos da expedição de Coutinho e Urbano (1862), quando por várias vezes, os tripulantes ficaram surpresos (especialmente o Engenheiro Militar) diante das articulações de alguns habitantes do interior.

Entre os *Mura*, nesse sentido, havia uma liderança (Tuxaua) chamado Uauassú, que amalhara em seus negócios com os regatões 830\$000 réis em moedas de cobre, utilizados na compra de roupas, ferramentas, entre outros bens manufaturados. Semelhante à referida liderança *Mura*, havia o Tuxaua Apucahan, do povo *Paumari*, que também empreendia seus negócios com os regatões, mas enganando-os diversas vezes. Ele adquiria preciosas “fazendas” e instrumentos de trabalho em troca de “tartarugas magras”, que não valiam quase nada, prejudicando os lucros dos comerciantes, que não conseguiam reaver suas mercadorias. O filho de Apucahan, um jovem de 25 anos contatado pela expedição na ocasião da ausência de seu pai (que estava doente e tinha ido buscar o auxílio de um pagé para tratar sua enfermidade), apresentou-se aos membros da expedição “de calça e camisa de riscado fino e chapéu á moda, mostrando-se muito satisfeito” com a visita dos citadinos (COUTINHO, 1862:72).

Tais arranjos, posturas e barganhas empreendidas pelos indígenas contrariavam muitas vezes os planos oficiais, e ainda eram acompanhados por outras reações aos ditames desejados da frente de expansão. Muitas eram as reclamações feitas por Diretores de Índios, relatando as fugas e deserções dos que não aceitavam as regras ditadas pelo Estado. A situação ganhava ainda mais ressonância quando os pedidos dos Presidentes de Província, que demandavam trabalhadores indígenas para obras públicas, eram negados pelos responsáveis dos aldeamentos do interior. Esse foi o caso de Francisco Antônio Rodrigues, que em 1854 era Diretor de Índios do rio Abacaxis, afluente do Madeira.

Tendo recebido a 11 do corrente a Portaria de V. Ex<sup>a</sup> de 9 de Agosto ultimo, na qual me ordena V. Ex<sup>a</sup> que com brevidade apresente seis índios ao Agente da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas para serem empregados nas obras que a mesma Companhia emprehendeu fazer na Freguesia de Serpa (...) não será possível satisfazer a determinação de V. Ex<sup>a</sup> sem detrimento desta povoação (que perderia braços para os trabalhos da

própria comunidade e de particulares, mexendo com os interesses dos exploradores – grifo meu), *além do que ordenando-me essa presidência que não use de violência para com os índios, não sei como proceder sem rigor para que elles vão prestar serviços, aturados (sic) que sua índole não tolera que prestem e ainda fora de seus lares. (...)*

Deos guarde a V. Ex<sup>a</sup>

Abacaxis, 15 de Dezembro de 1854

Francisco Antônio Rodrigues, Diretor<sup>5</sup>

A mensagem do Diretor é clara quanto às tensões presentes no aldeamento, consubstanciadas nos métodos empregados para arregimentação dos índios ao trabalho, pois ao receber o conselho do Presidente no sentido de não usar de violência com os indígenas, Francisco Antônio Rodrigues assevera não saber outro caminho para alcançar o objetivo. Interessante notar a ressalva feita sobre a índole dos habitantes do Abacaxis, que não *toleravam o trabalho*, pior ainda *longe de seus lares*. Percebe-se, ainda, um tom grave no relato do Diretor, que mesmo sendo obrigado pela Portaria a fornecer os seis índios aos serviços pedidos pelo presidente, titubeava ante a perda de braços da própria aldeia, que seguramente estavam também sendo disputados entre particulares.

Manoel Urbano tinha “parte” nessas disputas. Várias são as referências de suas ações envolvendo o uso de mão de obra indígena pelo Purus, como no caso em que “reuniu grande número de *Apurinã* e *Jubery* e com elles fez extenso roçado nas barreiras de Huytanahan”, ou ainda na sua incursão na localidade de Arimã, “quando reuniu 600 *Paumari* e *Jubery* fazendo-os descer da parte superior do rio para formar uma aldeia (...) onde fez um grande roçado e levantou uma capella” (COUTINHO, 1862:37). Essas atividades se conectavam com as ações de Urbano como comerciante de pequeno trato ligado ao projeto de assenhoreamento da floresta. O “maior conhecedor do Purus” utilizava sua posição para legitimar seus negócios, pois ganhando notoriedade como interlocutor das expedições oficiais e da Diretoria de índios, fortalecia suas ações diante dos giros mercantis e do estabelecimento de feitorias no interior amazônico.

Esse cenário trata, portanto, de algumas das dimensões do trabalho compulsório na Amazônia do século XIX, quando indígenas eram “aldeados” e utilizados em obras públicas e trabalhos de particulares. Dessa maneira, é possível afirmar que o alargamento da devassa dos

---

<sup>5</sup> Arquivo Público do Amazonas. Livro da Diretoria de Índios, 1854 (manuscrito).

altos rios acelerava esse processo, que era acompanhado também pela agência dos povos indígenas, que não foram passivos diante das novas demandas.

Tudo leva a crer que, simultaneamente com as ações de cunho oficial, incursões de donos de feitorias e demais exploradores, existia a constituição de resistências diante do novo cenário, advindas da agência de um campesinato com base indígena. Estava em processo uma série de transformações que promoviam, além das tentativas de disciplinarização, encontros entre sujeitos heterogêneos, como indígenas, migrantes, regatões, fugitivos, entre outros. Estes aditavam na complexidade das reações, e engrossaram a diversidade dos arranjos estabelecidos entre os habitantes do interior, que tentavam cultivar um modo de vida onde as alternativas de sobrevivência e liberdade fossem maiores.

As possibilidades dessas elaborações certamente circulavam dentro da calha dos rios amazônicos, tanto que muitos eram os fugitivos (livre e escravos) que buscavam guarida nos altos rios. No avançar do século XIX, existem alguns registros nesse sentido, como os anotados pelo viajante Paul Marcoy, que nos lembra da existência de muitos “guerreiros foragidos” (desertores) no alto Solimões. “Encontradiços nos canais e igarapés do Amazonas onde a corte marcial não os alcança”, localidades onde “cultivam alguma mandioca e banana, caçam e pescam para prover sua mesa, negociam com os comerciantes do rio a salsaparrilha e o cacau que coletam nos bosques, e desses pequenos comércios compram pano de algodão (...) para enfeitar suas mulheres” (MARCOY, 2006:35) indígenas. O mesmo viajante conta que ao avançar na direção de Ega hospedou-se num “casebre”, onde viviam desertores “em paz e segurança com suas mulheres de narizes achatados”, e que ao despedir-se fora presenteado “com alguns abacaxis colhidos na horta” (MARCOY, 2006:107), para que não os denunciasse para as forças policiais.

Indícios semelhantes foram analisados por Eurípedes Funes (embora voltados especialmente para a problemática da escravidão), que estudou os mocambos do rio Trombetas também no século XIX. Espaços sociais que eram combatidos por incursões oficiais e denunciados pela imprensa, mas que resistiam, relacionando-se e trocando experiências na floresta com povos indígenas, fugitivos, desertores, e comercializando os excedentes de sua produção com regatões locais (FUNES, 1995).

No sentido de analisar tal cenário, que envolve trocas plurais entre adventícios e outros habitantes da floresta, é interessante destacar mais uma vez alguns detalhes que chamaram atenção de Urbano e Coutinho em suas incursões ao interior. Nesse caso, que dizem respeito à presença de “brancos” vivendo com os indígenas. Como foi observado numa aldeia *Mura*, que tinha entre os seus membros um filho da cidade de Silves, que já morava há muitos anos entre os índios, estando “completamente amoldado ao systema delles” (COUTINHO, 1962:66). Caso semelhante também apareceu nas proximidades da foz do rio Mary, onde foi preciso coletar lenha, bem próximo às malocas dos *Catauixi*. Para surpresa de todos, entre os ditos índios estava morando um homem chamado Daniel há mais de três anos. Este, segundo Coutinho, ao invés de tentar “aprimorar” a cultura indígena, de modo a aproximá-la da “civilização”, nada fazia para “melhorar” seus costumes. Em outras palavras, ao invés de trabalhar para transformar os hábitos tidos como “desregrados” e “inadequados”, o habitante “branco” estava seguindo o modo de vida dos membros das malocas.

Semelhante ao testemunho de Coutinho acima referido, podem ser apontados os comentários do maranhense Antônio Rodrigues Pereira Labre, dono de seringais e fundador de uma povoação que tornou-se o que hoje é o município de Labrea-AM. Em 1872 foi publicado um pequeno estudo de sua autoria, intitulado *Rio Purus*, onde ele discorre sobre a geografia da bacia, apresentando uma relação das localidades e dos hábitos de vários povos indígenas, contemplando ainda a situação dos trabalhadores na floresta. Labre tece uma forte crítica ao extrativismo e as formas de exploração relacionadas às suas atividades. No entanto, mesmo diante do tom grave de sua escrita, ele não deixa de salientar que o maior problema era a apreensão de *hábitos de vida nômade por parte dos trabalhadores “brancos”*, que possuíam “tendências bem pronunciadas para o estado selvagem” (LABRE, 1872:45). Assim, não seria inócuo inferir que havia uma interação entre migrantes e outros sujeitos que viviam na floresta, como os indígenas, e isso não somente através de um matiz conflituoso, mas também diante de uma possível tessitura de espaços de entendimento e troca.

Assim, é possível vislumbrar através do mundo de Manoel Urbano da Encarnação algumas nuances da frente de expansão rumo ao oeste amazônico no século XIX, que não deve ser entendida somente a partir do planejamento das políticas de Estado, especialmente quando analisadas na chave uníssona do confronto entre populações nativas e adventícias.

Tendo em vista uma perspectiva diferente, a contrapelo, o processo aqui delineado almeja apresentar novos vieses, com base na leitura da agência dos que interagem e (re)constituíam arranjos diversos diante das demandas oficiais e dos mundos do trabalho, ressignificando-os. A atenção às elaboradas ações de indígenas, migrantes, regatões, fugitivos e demais atores sociais envolvidos, ajuda a posicioná-los dentro do processo, como partícipes, politicamente situados, e não simplesmente como massa amorfa ou multidão irrefletida. Para tanto, por fim, é preciso entender e marcar suas diferenças, compreender suas especificidades historicamente, mas também estudar suas trocas em comum e desafios de alteridade.

#### Bibliografia

- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.
- BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar. (orgs.) **Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia**. Belém: Editora Paka-tatu, 2002.
- BRANCO, José Maria Brandão Castello. Caminhos do Acre. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1947.
- CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. Fronteiras de sentido e os Sentidos da Fronteira. In. *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, v.1, n.1 – junho de 2011, p. 9-25.
- CHANDLESS, William. Notes on the river Purus. In. *The Journal of the Royal Geographical Society*, London - volume the thirty-sixth, 1866.
- ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao guardião da floresta: estudo sobre o processo de transformação social do sistema seringal a partir da reserva extrativista Chico Mendes**. Rio de Janeiro: tese de doutoramento – UFRRJ, 1999.
- FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FUNES, Eurípedes A. **“Nasci nas matas, nunca tive senhor” – História e Memória dos Mocambos do Baixo Amazonas**. São Paulo: USP, tese de doutorado, 1995.
- FUNES, Eurípedes e GONÇALVES, Adelaide. **La recreación de la Amazonía Brasileña a través de los viajeros**. In. DEL RIO, José Maria Valcuende (coord). *Amazonía. Viajeros, Turistas y poblaciones indígenas*. La Laguna (Tenerife): PASOS, RTPC, [www.pasosonline.org](http://www.pasosonline.org). Colección PASOSEdita, n.6, 2012.
- FUNES, Eurípedes. **El Dorado no Inferno Verde – Quem vive no inferno se acostuma com os cães**. In: GONÇALVES, Adelaide; EYMAR, Pedro (orgs). *Mais borracha para a Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfico, 2008.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Flávio dos Santos. (org) **Nas terras do cabo norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira. Séculos XVIII e XIX**. Belém: Editora UFPA, 1999.

- GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs.XVII-XIX)**. Tese de Doutorado: UNICAMP, 1997.
- GOULART, José Alípio. **O Regatão (mascate fluvial da Amazônia)**. Rio de Janeiro: Secretária de Cultura do Acre, 1968.
- GRANERO, Fernando Santos, BARCLAY, Frederico. **La frontera domesticada. História econômica y social de Loreto. 1850-2000**. Lima: Ed. Pontifica Universidad Católica Del Peru, 2002.
- HECHT, Suzanna. COCKBURN, Alexander. **The fate of the forest: developers, destroyers and defenders of the Amazon**. New York: Verso, 1989.
- HEMMING, John. **Fronteira Amazônica**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- KROEMER, Gunter. **Cuxiuara: O Purus dos indígenas - ensaio étnico-histórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre Árvores e Esquecimentos: História social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15 editores, 1996.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15 editores; Editora Universidade de Brasília, 1999.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Fronteiras Amazônicas do Brasil: saúde e história social**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.
- LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo, Companhia das letras, 2008.
- LOUREIRO, Antonio. **O Amazonas na época imperial**. Manaus: Loureiro Ltda, 1989.
- MACHADO, Maria Helena P. T. **Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX**. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência – USP, São Paulo, 2005.
- MACHADO, Maria Helena P. T. **O Brasil no olhar de William James: cartas, diários e desenhos (1865-1866)**. São Paulo: EDUSP, 2010.
- MCGRATH, David. **Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional**. Belém: Cadernos NAEA, v.2, n.2, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MINTZ, Sidney W. e PRICE, Sally. **Caribbean Contours**. London: The Jonhs Hopkins University Press, 1985.
- MINTZ, Sidney W. **Caribbean transformations**. New York: Columbia University Press Morningside Edition, 1989.
- MINTZ, Sidney. Notes on the definition of peasantries. *The Journal of Peasant Studies*, 1:1, 91-106, 2008.

- NEVES, Arthur de Freitas e LIMA, Roseane Pinto. (orgs) **Faces da História da Amazônia**. Belém: Editara Paka-tatu, 2006.
- NUGENT, Stephen. Whither o Campesinato? Historical Peasantries of Brazilian Amazonia. In: *Journal of Peasant Studies*, 29:3, 162-189. 01 July, 2002.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco. O caboclo e o brabo. In: Silveira, Ênio. et.al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. *Mana: Revista de Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, 4 (1):47-77, abril. (1998)
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista. (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.
- PRIORE, Mary del.; GOMES, Flávio dos Santos. (orgs). **Os Senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- SANTOS, Gilton Mendes (org) **Álbum Purus**. Manaus: EDUA, 2011.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia. 1800- 1920**. São Paulo: Queroz, 1980.
- SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SAMPAIO, Patrícia Melo (org). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém, Ed. Açai/CNPq, 2011.
- SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho (orgs). **Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia**. Manaus, EDUA, 2006.
- SLATER, Candace. **Entangled Edens: visions of the Amazon**. Los Angeles: University of California Press, 2002.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- VALCUENDE, José Maria (coord.). **História e Memória das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia**. São Paulo: EDUC, 2009.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL difusão editorial S/A, 1979.
- VOLPATO, Luíza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil**. São Paulo, HUCITEC. 1987.
- WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais.** Manaus: Edua/FAPEAM, 2007.